

MANIFESTAÇÃO DE DEFESA

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 003/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 021/2023

DENUNCIANTE: A CONSULTORIA LTDA.

DENUNCIADO: MUNICÍPIO DE SÃO TIAGO / MG

ASSUNTO: Defesa à denúncia ao TCE/MG, referente ao Processo Licitatório n.º 21/2023 - Pregão Eletrônico n.º 03/2023, do município de São Tiago / MG.

I. DAS CONSIDERAÇÕES INICIAIS:

Conforme verificado nos autos do processo nº 1141473 a empresa denunciante buscou apresentar irregularidades que teriam ocorrido no Processo Licitatório nº 21/2023 referente ao Pregão eletrônico nº 03/2023, todavia, razão não assiste a referida empresa nas alegações que foram arguidas.

Inicialmente, cabe ressaltar que, em sede de manifestação sobre o pedido liminar a ser formulado o Município já apresentou suas primeiras razões sobre a impossibilidade reconhecimento e, conseqüente continuidade da denúncia do processo supracitado, sendo que, a liminar requerida fora negada e o processo licitatório seguiu seu curso habitual previsto em legislações vigentes.

Além disso, é necessário observar que a peça de denúncia não possui consistência técnica e fundamentos legais suficientes para prosperar, sendo que, através dos fatos e fundamentos a seguir exposto será possível verificar sobre a impossibilidade de deferimento dos pedidos realizados.

Verifica-se que, legislação vigente permite à Administração Pública, em seus editais de licitação, a **fixação de exigências quanto à habilitação e classificação daqueles interessados em participar do certame, bem como a sua forma de apresentação.**

Ainda, a Lei Federal n.º 8.666/93 em seu permissivo constante no artigo 41, *caput*, dispõe que:

Artigo 41 – A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada. (grifamos).

Observa-se que tal regra, por evidente, ***tem por finalidade evitar que a Administração Pública proceda para com os licitantes de forma divergente à existente no edital***, conferindo a todos os interessados direitos e deveres iguais.

Ao elaborar o edital de licitação Processo Licitatório n.º 21/2023, na modalidade Pregão Eletrônico n.º 03/2023, o Município de São Tiago, quando tratou dos requisitos mínimos a serem observados para atendimento e cumprimento do objeto e elaboração da proposta, apresentou o rol de documentos de habilitação necessários mínimos que deveriam ser apresentados para participação no certame, bem como, **requisitos técnicos mínimos a serem cumpridos, sendo esta uma premissa permitida em qualquer tipo de certame, desde que preservados os princípios constitucionais e demais legislações vigentes no âmbito jurídico, situação esta, conforme já dito, devidamente realizada pelo Município.**

Portanto, em tese, verifica-se a inexistência de vícios ou eventuais irregularidades que necessitam ser alteradas, sendo que, a manutenção do processo licitatório em comento demonstra-se como medida de inteira justiça que se impõe.

II. DA DEFESA DE MÉRITO REFERENTE AOS APONTAMENTOS CONSIDERADOS PROCEDENTES PELA UNIDADE TÉCNICA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS:

Cumprir destacar novamente que a empresa denunciante denominada “A Consultoria Ltda.”, inscrita no CNPJ sob número 35.236.886/0001-51, **sequer participou do certame ao qual denuncia suposta irregularidade e mais, ao menos impugnou o instrumento convocatório denunciado**, o que denota seu inconformismo gratuito, provavelmente por não preencher os requisitos mínimos exigidos para participação, portanto, em clara demonstração de tumultuar seu prosseguimento.

Claramente se observa, na presente denúncia, o brocado ***"ninguém pode se beneficiar da própria torpeza"***, que adverte para que **nenhuma pessoa pode fazer algo incorreto e/ou em desacordo com as normas legais e depois alegar tal conduta em proveito próprio**, ou seja, aquele que pratica simulação não possui legitimidade para invocá-la em causa **própria**. (*"nemo auditur propriam turpitudinem allegans"*).

Ao analisarmos algumas denúncias que vêm sendo protocoladas junto ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais é possível observar que a denunciante vem promovendo um verdadeiro “denuncismo gratuito e irresponsável”, junto a esse respeitável órgão de Controle Externo, sempre sob as mesmas alegações.

Em apertada síntese, a empresa denunciante argumenta suposta exigência abusiva contida no item 7 quanto à ***"Apresentação no ato da habilitação de declaração autoral e de responsabilidade pelos textos explicativos de cada legislação (leis, decretos, portarias, resoluções e outros) da educação em âmbito Estadual e Federal."***

A justificativa da referida exigência nada mais é do que conceder uma **segurança jurídica para a Administração Pública**, de que ao utilizar, fazer citações, pesquisas, solicitar pareceres, estar-se-á garantido de que **aquele material intelectual estará sendo utilizado com a autorização dos autores**, ou seja, **não se estará fazendo cópias ou plagiando textos explicativos de outros autores**, evitando-se eventuais alegações infundadas.

Uma exigência natural e perfeitamente cabível, **para a segurança jurídica do gestor**, tanto é que **o edital denunciado não sofreu nenhuma impugnação de interessados**. E mais, verifica-se que **houve disputa de lances entre a empresa vencedora do certame e a outra licitante concorrente**.

Dessa forma, o Município, com a inserção da referida cláusula deseja, presa tão somente, que a empresa contratada, ao produzir relatórios, pareceres, interpretações, etc, faça-o ciente de que por eles deve se responsabilizar. E mais, que tais peças não sejam cópias feitas de sites, logo, sejam apenas autorais.

O Município de São Tiago, quando da elaboração do referido edital, **cumpriu com todas as exigências inseridas no texto legal**, se revestindo de **todos os cuidados para a contratação de serviços de qualidade** e que atendam à demanda desejada e existente e **ainda às exigências da legislação que regulamenta a**

matéria. As especificações e requisitos inseridos no edital são as que melhor atendem à demanda da Administração e de seus tutelados, **principalmente no quesito atendimento dos módulos e assistência humana especializada para resolução dos temas tratados através da plataforma.** O que é de EXTREMA importância.

O que cumpre verificar é se a **condição imposta atende a uma necessidade ou conveniência do serviço público**; ou se objetiva apenas proteger certo ou certos licitantes em detrimento aos demais, **o que não é o caso.**

Nosso Município sempre busca, em todos os processos licitatórios, prezar pela ampla concorrência entre todos aqueles que tenham interesse em estar prestando serviços de qualidade e dentro da temporariedade para a administração municipal sendo que, o objetivo do certame discutido na referida denúncia em nada se altera do que praticamos nos processos realizados.

Já em relação à suposta “**subjetividade da descrição do software e da prova de conceito**”, **verifica-se presente no edital a descrição técnica, com todas as características mínimas a serem apresentadas e comprovadas na prova de conceito**, com critérios claros e diretos. Ou seja, a contratada deverá apresentar seu sistema atendendo aquilo que foi solicitado e havendo dúvidas sobre as funcionalidades das ferramentas do sistema a empresa deverá elucidar os mecanismos do software e comprovar se suas funções se aplicam as necessidades descritas no edital. Em outras palavras, a arquitetura do software pode ser desenvolvida de diversas formas, mas ao final deverá atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação e a prova de conceito nada mais é que apresentar o sistema para os servidores da educação e elucidar suas dúvidas quando da sua utilização.

O que se pretende com no edital em comento, é a aquisição de serviços de qualidade e eficiência, em condições de serem aplicados e revertidos, e consequentemente consumidos pela população de São Tiago e aos usuários do sistema público educacional, e, por isso necessário se faz que a Administração se revista de todas as cautelas e cuidados que o próprio Ministério da Educação exige para a aquisição dos mesmos.

Ademais, só a Administração é que está, no caso específico, em condições de sentir e decidir administrativamente o que convém e o que não convém ao interesse coletivo, pois se encontra em contato com a realidade.

Finalmente, não se pode remeter à Administração o encargo de contratar serviços com objetivo de apenas proteger certo ou certos licitantes em detrimento aos demais, como deseja a empresa denunciante, sendo que, como sabido por todos, o interesse particular não se sobrepõe ao da coletividade. Portanto, a Administração deverá atender sempre ao interesse social, sendo que, o bem comum, identificado com o interesse coletivo, impõe que toda atividade administrativa lhe seja endereçada, situação esta devidamente analisada e realizada no Processo Licitatório nº 021/2023.

III. DO PEDIDO

1. Ante o exposto, requer:

- a) Seja a presente DEFESA PRÉVIA recebida, conhecida e provida em sua integralidade, no sentido de que seja julgada improcedente in totum a denúncia que motivou a abertura do **PROCESSO Nº: 1141473 TCE/MG**, instaurado através da Diretoria de Fiscalização de Matérias Especiais – DFME / Coordenadoria de Fiscalização de Editais de Licitação – CFEL, deste Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, julgando improcedente a denúncia apresentada, principalmente nos quesitos considerados procedentes na denúncia, pelos motivos acima expostos;
- b) Não seja imputada ao Município de São Tiago / MG, ora defendente, nenhuma sanção, dando-se a este processo administrativo um caráter pedagógico;
- c) Alternativamente, na hipótese de não acolhimento do pedido supra, proceda determinação ao município contratante, para promover a anulação do certame e a realização de ajustes nos pontos controversos do instrumento convocatório.

Termos em que, pede e espera deferimento.

ALEXANDRE NONATO ALMEIDA VIVAS

Prefeito do Município de São Tiago